



*Esta seção apresenta o panorama que a Organização Internacional do Trabalho faz para o mercado de trabalho em 2019 e os desafios trazidos pela persistência no Brasil da alta desocupação, crescente informalidade e subutilização. Também são abordados fatos relevantes da saúde e educação no país, como novos direcionamentos na política nacional de saúde mental e na política nacional sobre drogas. E também a chamada “Lava Jato da Educação”, sobre a qual ainda há poucos fatos públicos concretos. Além disso, faz um breve comentário sobre a Proposta de Emenda Constitucional 6/2019, a chamada reforma da Previdência.*

## **Mercado de Trabalho**

O relatório anual da Organização Internacional do Trabalho (*World Employment Social Outlook, Trends 2019*) mostra que em torno de 60% dos trabalhadores na força de trabalho global são homens, o que mostra um aspecto da desigualdade de gênero no mundo. Segundo a publicação, após um período de redução das desigualdades de gênero em termos de participação no mercado de trabalho, o processo ficou estagnado (além disso, mulheres são maioria na subutilização e entre as pessoas que trabalham menos horas do que gostariam). A publicação também indica que as taxas de participação na força de trabalho têm caído nos últimos 25 anos e de forma mais pronunciada entre a população entre 15 e 24 anos de idade.

Outro problema apontado pela publicação são déficits de trabalho decente: por exemplo, dois bilhões de trabalhadores em todo o mundo estão no setor informal (cerca de 61% da força de trabalho). Também, em 2018, mais de um quarto dos traba-

lhadores em países de renda baixa ou média viviam em pobreza extrema ou moderada.

Além disso, haveria 172 milhões de pessoas desocupadas no mundo em 2018 (e que cresceria em torno de um milhão de pessoas por ano pela expansão da força de trabalho). Esse dado corresponderia a uma taxa de desocupação de 5%. O relatório nota que de 2008 a 2009, quando da crise global, a taxa de desocupação mundial saltou de 5% para 5,6% em um ano e demorou nove anos para voltar ao patamar de 2008.

Para a América Latina e o Caribe, a OIT é bastante otimista quanto ao papel do Brasil de puxar o crescimento econômico da região em 2019, projetando um crescimento de 2,4% (em linha com as projeções de mercado até o momento). Porém, não deve haver grande impacto na geração de emprego, segundo a organização: a taxa de desocupação na região, que foi de 8% em 2018, deve continuar no mesmo patamar em 2019. E a informalidade no mercado de trabalho na região continua uma das mais altas do

planeta, o que se relaciona com os mais altos índices de pobreza multidimensional do globo.

Passando a fontes nacionais, os dados do Caged mostram que após três anos de perda líquida de postos formais (2015, de 1,5 milhão; 2016, de 1,3 milhão; e 2017, de 12 mil), o país voltou a ter saldo de empregos formais positivo em 2018: neste ano, foram gerados 529 mil postos, sendo um saldo de cerca de cinquenta mil postos nos contratos intermitentes, modalidade criada pela reforma trabalhista. Porém, o país ainda está longe de recuperar o estoque do emprego formal vigente até 2014, ponto mais alto da série. O do estoque de empregos formais em dezembro de 2018 ficou entre o valor de dezembro de 2011 e dezembro de 2012, mostrando que a recuperação do cenário pré-2015 ainda está distante.

Já dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNADC) mostram uma panorama mais completo. A taxa de desocupação no Brasil atingiu 11,6% no último trimestre de 2018, 0,3 ponto percentual menos que no trimestre de julho a setembro de 2018. Em relação ao mesmo trimestre do ano de 2017, a taxa apresentou estabilidade. A taxa de desocupação média anual foi, em 2018, de 12,3%, contra 12,7% em 2017. Porém, a notícia de que a desocupação no país tem caído não pode ser interpretada como positiva, justamente pelos motivos que levam a esta queda na desocupação, descritos a seguir.

**Desalento:** estudos têm mostrado que parte importante da queda da desocupação no Brasil está relacionada ao aumento do desalento, em que o indivíduo desiste de procurar emprego e por isso deixa de ser contado como desocupado. Os dados mostram que, na média anual, houve um aumento de 209,1% no número de desalentados em quatro anos, de 1,9 milhão em 2014 para 4,7 milhões em 2018 (mais 3,2 milhões).

**Subutilização:** a taxa de subutilização (que computa os desocupados, os ocupados em quantidade de horas insuficiente e os desalentados) chegou ao ponto máximo da série histórica em 2018 (24,4%). A média anual de subutilizados passou de 15,5 milhões em 2014 para 27,4 milhões em 2018 (alta de 76,8% ou 11,9 milhões).

**Empregadores:** o número de empregadores atingiu 4,4 milhões em 2018, 867 mil pessoas a mais que em 2012. O número, que pode parecer positivo em um primeiro momento, é ponderado pelo IBGE. “É importante registrar que esse aumento se deu, principalmente, na faixa dos pequenos empregadores envolvidos em atividades voltadas para a informalidade”.

**Conta própria:** a pesquisa aponta que o trabalho por conta própria que envolvia, em 2012, 22,8% dos trabalhadores (20,4 milhões), passou a totalizar 23,3 milhões em 2018, correspondendo, portanto, a 25,4% dos ocupados.

**Desocupação ainda alta:** no último trimestre de 2018, os desocupados somaram 12,2 milhões. Entre 2014 e 2018, o contingente médio passou de 6,7 para 12,8 milhões (mais 6,1 milhões de pessoas), ou seja, quase dobrou (alta de 90,3%).

**Informalidade:** enquanto os números do emprego no setor privado com carteira assinada caíram de 2014 a 2018 (em 3,6 milhões), tem crescido o número de empregados sem carteira assinada no mesmo período (811 mil pessoas a mais).

### “Lava Jato da Educação”

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, e o ministro da Justiça, Sérgio Moro, firmaram acordo para investigar indícios de corrupção no Ministério da Educação, no que foi chamado de “Lava Jato da Educação”. Segundo pronunciamento do Ministério da Educação, a medida visa investigar favorecimentos indevidos no Prouni, desvios no Pronatec, irregularidades no Sistema S, concessão ilegal de bolsas de ensino à distância e irregularidades nas universidades federais. Também assinaram o documento – não disponível na internet – que sela o acordo o ministro da Controladoria Geral da União e o advogado-geral da União. Foi solicitado pela equipe editorial ao Ministério da Educação acesso ao documento, porém, não houve resposta até o fechamento deste boletim. Apesar das poucas informações ao público, as ações da Ser Educacional, Kroton e Estácio caíram após o anúncio da medida. Além disso, o anúncio de que seriam investigadas irregularidades ocorridas em “gestões passadas” irritou membros do DEM, que controlava o Ministério

rio da Educação durante o governo Michel Temer.

### **Saúde mental e política nacional sobre drogas**

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) lançou uma nota sobre a Nota Técnica nº 11/2019, lançada pelo CGMAD/DAPES/SAS/Ministério da Saúde, que trata de mudanças na política nacional de saúde mental e na política nacional sobre drogas.

A Abrasco argumenta que as propostas do novo governo representam retrocessos, “uma vez que a principal instituição que garante a perpetuação do modelo manicomial é recolocada na rede de atenção, a saber, o hospital psiquiátrico ou a ‘comunidade terapêutica’, instituição manicomial correspondente no atendimento a pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas.” A Abrasco aponta que tem sido uma tendência internacional acolhida pela comunidade científica o fechamento de hospitais psiquiátricos mundo afora, com a “defesa de serviços que sejam próximos às pessoas que precisam de cuidados e das suas famílias,

para manter os tratamentos territorializados, sem o risco de segregação, tão nociva e cronicadora nos casos de pessoas com transtorno mental e uso problemático de substâncias psicoativas.”

Outro ponto polêmico das novas diretrizes do Ministério da Saúde é a possibilidade de uso banalizado da eletroconvulsoterapia, conhecido como eletrochoque, para além do tratamento de casos de depressão resistente.

### **PEC 6/2019: reforma da Previdência**

O governo lançou uma proposta de reforma da Previdência, entregue ao Congresso no dia 20 de fevereiro de 2019. Parte-se do pressuposto – sem bases – de que a reforma da Previdência levaria ao crescimento econômico. No entanto, o que a proposta consegue é destruir o sistema de Previdência no Brasil, afastando os mais ricos do sistema público e solidário e, pelas duras exigências, torna muito mais difícil o acesso para os mais pobres.